



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º dos Estatutos da ASSP

À

Direção Nacional da

ASSP-Associação de Solidariedade Social dos Professores

1. A Direção Nacional da Associação de Solidariedade Social dos Professores (ASSP) solicitou-nos a emissão de parecer nos termos da parte final da alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º dos Estatutos, relativamente à alienação de:
 - a. Terreno rústico, inscrito na matriz predial rústica com o nº 2177 ARV, localizado na Rua de Soutilho, Madalena, freguesia e concelho de Paredes, distrito do Porto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes sob o n.º 468/20020422;
 - b. Fração A, correspondente ao R/C, do prédio urbano em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 1º andar destinado a habitação, logradouro e dependência com duas divisões destinadas a garagem sito na Rua José Fuller, nº 14, União das freguesias de Caldas da Rainha, Santo Onofre e Serra do Bouro, concelho de Caldas da Rainha, distrito de Leiria, inscrito na matriz predial urbana com o n.º 1725 NIP.
2. O referido artigo 45.º dos Estatutos da ASSP prevê que o Conselho Fiscal seja chamado a *emitir parecer sobre qualquer assunto que a Direção Nacional submeta à sua apreciação e, obrigatoriamente, sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e de participações sociais, incluindo a consignação de rendimentos;*
3. Foram-nos disponibilizados os seguintes documentos:
 - a. Certidão da Conservatória do Registo Predial de Paredes, relativa ao prédio referido no ponto 1. a);
 - b. Cadernetas prediais do artigo matricial rústico 2177 ARV e do artigo matricial urbano 1725 NIP, relativas aos prédios referidos no ponto 1., acima.



Parecer

Tendo procedido à análise das justificações apresentadas pela Direção Nacional para as alienações propostas, nada chegou ao nosso conhecimento que impeça a Direção Nacional da ASSP de, nos termos da subalínea c1), da alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º dos estatutos da ASSP, submeter a deliberação da Assembleia Nacional de Delegados as propostas de alienação dos prédios acima referidos.

Lisboa, 4 de Novembro de 2017

O Conselho Fiscal

(António Rodrigues Neto)

(João Sanches Peres)

(Jorge Miguel Morais Carvalho)